

A Complementaridade entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa na 1ª Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa

HELLEN TAYNAN DA SILVA CAVALCANTI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
hellentaynan@gmail.com

A Complementaridade entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa na 1ª Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa

RESUMO

Este trabalho aborda a complementaridade entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa em uma Igreja Congregacional. O objetivo é identificar como a complementaridade é praticada na prática administrativa da organização. Para isso utilizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo a fim de identificar a aplicação das duas teorias. A partir dos resultados, adaptou-se quadro de Serva para indicar a correspondência entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa. Os resultados mostram que os fatores de uma razão substantiva predominam nos aspectos extrínsecos, mas no que se refere aos valores emancipatórios do homem, a igreja aproxima-se de uma razão instrumental por que exerce uma forte dominação ideológica que limita o comportamento dos sujeitos que trabalham na organização.

Palavras-Chave: Complementaridade; Racionalidade Substantiva; Ação Comunicativa.

ABSTRACT

This paper is about the complementarity between Substantive Rationality and Communicative Action in a Congregational Church. The objective is to identify how the complementarity is practiced at the administrative practice of the organization. For this was used a qualitative research exploratory and descriptive model to identify the application of the two theories. From the results, Serva (1997) framework's was adapted to indicate the correspondence between the Substantive Rationality and Communicative Action. The results show that the factors of a Substantive Rationality predominate in extrinsic aspects, but to the emancipatory values of man, the church approaches an instrumental reason that has a strong ideological domination that limits the behavior of the employees of the organization.

Keywords: Complementarity; Substantive Rationality; Communicative Action.

1. INTRODUÇÃO

A Racionalidade Substantiva foi considerada por Weber há 74 anos com o surgimento da Teoria Burocrática. A questão que o levou a desconsiderar essa razão na prática administrativa deu-se pelo contexto da época, porém uma vez identificada, deve ser ponderada em outro cenário.

Analisando o século XXI percebe-se que empresas que valorizam somente a razão instrumental limitam a capacidade do homem, privam-no de liberdade e contribuem para a involução humana à medida que não valoram a criatividade, a intuição e a percepção. A consideração de valores não mensurados economicamente têm sido o diferencial das organizações bem-sucedidas hoje. É consensual na literatura que organizações de caráter econômico aproximam-se de uma Racionalidade Instrumental, ao passo que organizações sem fins prioritariamente econômicos aproximam-se de uma Racionalidade Substantiva.

Valorizar a subjetividade converge à correspondência entre o discurso e a ação. Neste sentido, aplica-se a Ação Comunicativa de Habermas que prevê a necessidade de se estabelecer uma comunicação racional não unilateral. A proximidade entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa, conduziu Serva a desenvolver uma complementaridade entre as teorias. Pesquisas nos periódicos da CAPEs de maio a julho de 2014 não retornaram estudos sobre a avaliação da complementaridade em organizações.

Desse modo, propõe-se desenvolver o estudo de caso em uma organização de caráter substantivo, pois analisar a complementaridade implica admitir a existência da Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa nas práticas administrativas. Assim, o estudo foi realizado em uma igreja protestante de governo congregacional.

A pesquisa buscou saber como a complementaridade está configurada na administração. O problema é: Como a complementaridade entre a Razão Substantiva e a Ação Comunicativa é identificada na Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa?

A resposta ao problema exposto tem como objetivo último identificar em quais aspectos há a complementaridade entre Razão Substantiva e Ação Comunicativa na prática administrativa da igreja estudada. O alcance do objetivo geral dar-se-á pela classificação do nível de Racionalidade; verificação da aplicabilidade da Ação Comunicativa e a contextualização da prática administrativa na Primeira Igreja Congregacional.

Os resultados do trabalho foram alcançados utilizando uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas e análise documental. Acredita-se que o trabalho traz contribuição para a academia, e assim, espera-se que mais pesquisas que direcionem a uma Nova Teoria Organizacional sejam realizadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Racionalidade

As considerações de Ramos (1989) enfatizam que a estrutura da razão na filosofia, presente até meados do século XVII é baseada nas distinções entre o bom e o mau; o falso do verdadeiro. Esse foi o ponto inicial de indagação dos pensadores. O ápice dessa investigação está na própria razão iluminista, a qual se mostra instrumental quando orienta o homem para um fim calculado. Dentre as reflexões acerca das ideias iluministas, a tradução de Foucault (1984) revela que o Iluminismo deve ser visto como um processo cultural singular, situando-se sempre na razão utilitária a partir do momento que calcula o futuro, valorando o presente em relação com o passado.

A Racionalidade provém da razão e sua construção mostra que não é um fenômeno puro. Ela é influenciada por variáveis que encontra conceitos em diversas ciências. A racionalidade a partir da proposta de Ramos (1989) parte da análise que Weber trouxe através da burocracia. Assim, à luz da ciência social Weber relaciona a racionalidade com a ação social.

Dentre os tipos de ação social que Weber identificava, duas são aplicadas à racionalidade. Uma vez que um fim é perseguido; a ação é orientada para ele e os meios devem ser os melhores. Esta é a Racionalidade Funcional. A outra ação social é o modelo racional referente a valores. De acordo com Ramos (1983), essa ação orientada a valores, é indiferente aos resultados e sua racionalidade é orientada por um critério transcendente. Tal ação está ligada à Racionalidade substantiva.

Com esta análise da ação social, Weber diferencia a Racionalidade Funcional (*Zweckrationalität*) da Racionalidade substantiva (*Wertrationalität*), porém decorrente do contexto da Burocracia, que apresentava uma sociedade capitalista, centrada no mercado e determinada por uma expectativa de resultados, ou “fins calculados” a única racionalidade presente é a Racionalidade Funcional.

De acordo com Ramos (1983), a Racionalidade Funcional (Instrumental) reduz o homem a um ser econômico e o aparta de todas as relações intrínsecas à sua existência. A Racionalidade Substantiva remete ao julgamento de valores da própria vida. Ramos (1983) diz que a Racionalidade Substantiva baseia o ato inteligente em um conhecimento de relações entre fatos de modo autônomo e consciente.

Para Ramos (1983), a subjetividade presente na Racionalidade Substantiva, não encontra espaço nas Teorias Organizacionais desenvolvidas até então, pois elas abordam uma visão utilitarista dentro das organizações. O ambiente das organizações com fins lucrativos é essencialmente dotado de uma administração baseada em uma racionalidade instrumental.

Desse modo, Serafim (2001), afirma a categoria fundamental dos sistemas gerenciais é o controle, elemento fundamental da Racionalidade Funcional. O ser humano visto como ser substantivo, precisa exercer a razão lúcida, característica da Racionalidade Substantiva. Contudo, esta encontra raiz na subjetividade, e no ambiente organizacional, há o predomínio da dimensão racional objetiva.

A Racionalidade Instrumental presente nas organizações resulta em um comportamento humano sem limites éticos, baseado na visão mercadológica, onde o predomínio é a busca pelo sucesso individual. O homem é visto como uma “criatura que se comporta” (RAMOS, 1989, p. 51), ou seja, não há ideais de liberdade e sim, moldes sociais pré-estabelecidos que limitam a ação humana.

Os ideais de uma Racionalidade Substantiva, propostos por Ramos (1989) libertariam o homem da dominação imposta pelas organizações onde o fim justifica-se pelo valor econômico. Desse modo, a fim de dar continuidade à teoria de Ramos, favorecendo a prática, Serva (1997) organizou um quadro com as diferenças percebidas entre as duas racionalidades:

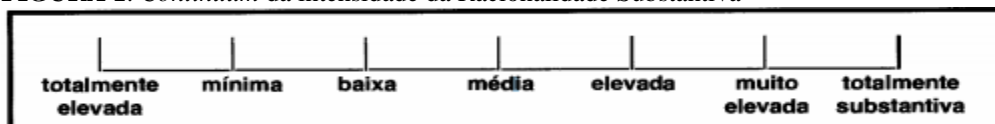
QUADRO 1: Características da Racionalidade Substantiva e da Racionalidade Instrumental.

Tipo de racionalidade X Processos organizacionais	Racionalidade Substantiva	Racionalidade Instrumental
Hierarquia e normas	Entendimento Julgamento ético	Fins Desempenho Estratégia interpessoal
Valores e objetivos	Autorealização Valores emancipatórios Julgamento ético	Utilidade Fins Rentabilidade
Tomada de decisão	Entendimento Julgamento Ético	Cálculo Utilidade Maximização de recursos
Controle	Entendimento	Maximização de recursos Desempenho Estratégia interpessoal
Divisão do trabalho	Autorealização Entendimento Autonomia	Maximização de recursos Desempenho Cálculo
Comunicação e relações interpessoais	Autenticidade Valores emancipatórios Autonomia	Desempenho Êxito/Resultados Estratégia interpessoal
Ação social e relações ambientais	Valores emancipatórios	Fins Êxito/Resultados
Reflexão sobre a organização	Julgamento ético Valores emancipatórios	Desempenho Fins Rentabilidade
Conflitos	Julgamento ético Autenticidade Autonomia	Cálculos Fins Estratégia interpessoal
Satisfação individual	Autorealização Autonomia	Fins Êxito Desempenho
Dimensão simbólica	Autorealização Valores emancipatórios	Utilidade Êxito/Resultados Desempenho

FONTE: Serva (1997, p.24)

Serva (1997) enfatiza que não existe uma organização que em sua totalidade assuma um caráter puramente funcional ou puramente subjetivo. No entanto, há predominância de um ou outro valor em cada processo organizacional ao mapear os indicadores do quadro. A fim de situar o grau de racionalidade em uma administração, Serva desenvolveu um *continuum* da intensidade da racionalidade substantiva:

FIGURA 1: *Continuum* da intensidade da Racionalidade Substantiva



FONTE: SERVA (1997, p. 25)

Organizações cujo fim não seja essencialmente o valor econômico, estão mais próximas de uma Racionalidade Substantiva. Em ambientes onde o fim não é valorado economicamente, é mais perceptível a Racionalidade Substantiva, pois os valores éticos encontram-se acima da moeda.

A visão presente na Racionalidade Instrumental orienta a administração a um sentido unilateral. Porém, é possível distanciar-se desta ação, à medida que o homem guia seus esforços por atos de entendimento. Esta ação orientada ao entendimento é tratada na Ação Comunicativa.

2.2 Ação Comunicativa

A ideia de ação comunicativa foi proposta por Habermas (1990) que considerava a necessidade de diferenciar o agir do falar, uma vez que a partir desta combinação promove-se a real interação mediada pela linguagem do mundo e da vida.

A linguagem promove a ação completa através da fala. Para Habermas (1990), a ação no sentido estrito da palavra, volta-se à Racionalidade Instrumental, pois orienta o homem para um fim. Quando a atividade é linguística, leva a “atos através dos quais um falante gostaria de chegar a um entendimento com um outro falante sobre algo no mundo” (HABERMAS, 1990 p. 65).

Destarte, ambos os processos linguísticos e não-linguísticos, conduzem a ação para um fim. O que Habermas diferencia é que as ações pela fala conduzem a uma ação de entendimento, justificando o posicionamento contrário à determinação unilateral do processo racionalista instrumental. Segundo Habermas,

... a partir do momento em que desejamos fazer uma distinção entre ação de entendimento e atividade orientada para um fim, temos que levar em conta que a teoria da linguagem e a teoria da ação não atribuem o mesmo sentido ao jogo teleológico da linguagem, no qual os atores perseguem objetivos, têm sucesso ou produzem resultados da ação, - os mesmos conceitos básicos são interpretados de modo diferente. (HABERMAS, 1990 p. 67)

Habermas ratifica a necessidade de um acordo onde a base racional não seja imposta em sentido unilateral, conforme se apresenta as relações de poder à luz da razão funcional. Para Habermas (1988), a imposição racional sem interação é mera informação.

As bases que justificam a ideia de Habermas estão em suas palavras sobre a associação das ações instrumentais às interações sociais. Desse modo, Habermas diz que

Las acciones instrumentales pueden ir asociadas a interacciones sociales. Las acciones estratégicas representan, ellas mismas, acciones sociales. Hablo, en cambio, de acciones comunicativas cuando los planes de acción de los actores implicados no se coordinan a través de un cálculo egocéntrico de resultados, sino mediante actos de entendimiento. En la acción comunicativa los participantes no se orientan primariamente al propio éxito; antes persiguen sus fines individuales bajo la condición de que sus respectivos planes de acción puedan armonizarse entre sí sobre la base de una definición compartida de la situación. De ahí que la negociación de definiciones de la situación sea un componente esencial de la tarea interpretativa que la acción comunicativa requiere. (HABERMAS, 1987 p.367)

O problema da comunicação identificado por Habermas à luz da ciência social, parte da análise de racionalidade de Weber, a qual não se aplica mais ao contexto atual. A Racionalidade trazida por Weber está ligada ao Sistema. Desse modo, Habermas (1987) identifica a necessidade de diferenciar o que seria a razão do sistema da razão da ação humana em si.

Destarte, a razão do sistema é o que Weber considerou como consciência, enquanto a razão humana demanda algo mais substancial, que agora é apresentado por Habermas como comunicação. Guazzelli (2002) destaca que o agir estratégico enfatizado por Weber é a mola propulsora do sistema social, o capitalismo. A ideia da Racionalidade Instrumental, guiando a

ação pelo objeto dela, com um fim determinado, domina a ação do homem. Em busca deste fim, só há espaço para interesses individuais. Desta forma, Guazzelli diz que

O uso pragmático da razão pelo sistema é responsável pelas injustiças sociais, pela exploração, pelo que Habermas chama de colonização do mundo da vida, quer dizer, pela invasão da lógica racionalista que pretende submeter todos os aspectos de nossa vida pessoal e social ao princípio da eficácia, sem interrogar-se sobre os fins. (GUAZZELLI, 2002, p. 02)

Identificada a limitação de entendimento através de uma racionalidade utilitarista, Habermas (1990) propõe que a ação deve ser empregada no sentido ético onde o fim é o interesse coletivo. Esta é a ideia de mudança de paradigma da ação mediada pela consciência, para a ação completa. Pinto (1995) diz que a razão conduzida através de uma estrutura de linguagem, distingue-se por completo da Razão Instrumental, uma vez que esta não utiliza o saber comunicativo, direcionando-se a fins calculados.

Acerca da razão guiada por processo linguístico, Pinto (1995) enfatiza que a racionalidade presente numa expressão comunicativa, através da fala, é caracterizada pelo fato que sua pretensão a se tornar válida, é passível de críticas em processos subjetivos. É o questionamento e a possibilidade de inquietude em não aceitar o que está determinado fora das expressões linguísticas.

Habermas (1988) acrescenta que o processo da Ação Comunicativa inclui necessariamente ações coordenadas a fim de alcançar o entendimento longe do utilitarismo presente no indivíduo enquanto ser calculista, o que o torna egoísta em suas ações. Nesta ação, a orientação primeira é a definição comum da situação através da negociação entre as partes. Havendo a negociação, torna-se possível coordenar as ações através do entendimento.

A falta de entendimento no processo de comunicação é apresentada por Habermas (1990) sendo decorrente do distanciamento de poder, onde através de processos de dominação, o homem é conduzido a um estado distorcido da comunicação.

A distorção na comunicação deve-se ao fato de que o significado da mensagem vai produzir um comportamento embasado não apenas na atividade linguística, mas no entendimento subjetivo dos símbolos que acompanham o processo da fala gerando o que Habermas chamou de pré-interpretação dos fatos.

Desse modo, a ação comunicativa deve, portanto, estar presente de forma completa em todos os processos organizacionais que envolvam aspectos de subjetividade. Em organizações onde prevalece a Racionalidade Substantiva, a Ação Comunicativa aparece fortemente enraizada de modo que ao vislumbrar as discussões sobre Racionalidade propostas por Ramos, é coerente vinculá-las à Ação Comunicativa de Habermas.

2.3 Complementaridade

A complementaridade entre a teoria da Ação Comunicativa de Habermas e a Racionalidade Substantiva tratada por Ramos foi sugerida por Serva (1997). Desse modo, a razão comunicativa seria a complementaridade necessária entre a Racionalidade e a Comunicação. Serva (1997) propõe esta análise de complementaridade justificando-a teoricamente a partir do argumento:

As abordagens de Guerreiro Ramos e de Habermas, além de terem como ponto de partida emancipar o ser humano dos constrangimentos à auto-realização impostos pela sociedade contemporânea, constituem um caso flagrante de complementaridade, especialmente para os que se arriscam a estudar a razão substantiva nas organizações (SERVA, 1997, p. 113).

A abordagem epistemológica de Serva (1997) ao analisar as concepções de Ramos sobre a Racionalidade, diz que nós vivemos em uma sociedade de organizações. Assim, ele critica os ideais presentes nas Escolas da Administração que padronizaram a ação do homem e afirma que essa mesma padronização é exigida hoje, em prol de uma racionalidade que limita o homem a um significado econômico.

A interpretação que relaciona o significado econômico do homem na racionalidade instrumental encontra apoio na Ação Comunicativa de Habermas, que enfatiza que a comunicação não se limita a atos de palavras. O discurso é mero exercício, mas o que se enfatiza nesta ação é a interação.

A comunicação sem interação é mera informação. Serva (1997) enfatiza que o predomínio de uma Racionalidade Funcional, leva à valorização da informação em detrimento da comunicação. A comunicação difere da informação, no sentido em que esta é unilateral enquanto a primeira considera a resposta do receptor.

A relação entre a racionalidade com a comunicação, explica segundo Vizeu (2011) que a boa manutenção da vida organizacional depende da consideração dos aspectos éticos-morais dos sujeitos. Dessa forma, valorizar aspectos subjetivos à luz de uma racionalidade instrumental e um processo informacional, aproxima a Administração de sua excelência técnica, mas a distancia do conceito enquanto Ciência Social Aplicada.

Destarte, Andrade et al. (2012) acentuam que a ação pode se apoiar em dois eixos onde um está orientado para a ação instrumental ou estratégica; e o outro para o entendimento presente na ação comunicativa.

O desenvolvimento da complementaridade a partir de Serva (1997) conduz a um quadro que detalha as perspectivas desta relação destacando os pontos conexos entre a teoria de Ramos e a de Habermas.

QUADRO 2: Complementaridade entre teoria da razão substantiva e teoria da ação comunicativa.

Racionalidade Substantiva	Ação Comunicativa
Atribuída à psique do sujeito	Autonomia e capacidade do sujeito
Senso Comum	Mundo da vida cotidiana
Derivação de conceitos relacionados a realidade	Teoria de Ação
Debate racional	Ação comunicativa baseada em pretensões de validade sujeitas à crítica
Superordenação ética	Pretensões de validade sujeitas à crítica valorativa
Boa regulação da Vida Humana Associada	Ação orientada ao entendimento
Rejeição à teoria do conhecimento	Rejeição à teoria do conhecimento
Auto-interpretação da comunidade	Teoria de ação de cunho linguístico, comunicativo
Valores na interpretação dos fatos	Contexto normativo do mundo da vida na base da interpretação dos fatos
Subjetividade e intersubjetividade	Subjetividade e intersubjetividade

FONTE: Adaptado de Serva (1997)

A aplicação de uma racionalidade substantiva, demanda uma Ação Comunicativa. Ao relacionar o entendimento embasando-se na valorização da busca pelo consenso e consideração dos valores éticos e morais, promovendo a complementaridade entre as duas teorias, é importante verificá-la na prática administrativa.

3. METODOLOGIA

Na realização deste trabalho foi utilizada uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório.

O trabalho tem caráter exploratório porque embora ambos os temas: subjetividade e ação comunicativa sejam comumente estudados, inclusive empiricamente, não foi encontrado estudos empíricos de complementaridade¹.

A pesquisa tem caráter descritivo, pois através do registro de observações sistemáticas e coleta de dados, é demonstrado o fato. Conforme Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa descritiva os fatos devem ser registrados e estudados à guisa da classificação, explicação e interpretação dos fenômenos.

O trabalho foi desenvolvido na Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa a fim de verificar a aplicabilidade da Complementaridade. Para tal, deve ser avaliado o nível de racionalidade substantiva, o qual será exposto no *continuum* de racionalidade. Do mesmo modo, a Ação Comunicativa deve ser considerada e a partir da separação do quadro de Complementaridade de Serva, verificou-se como ela ocorre na organização. A partir daí, os itens foram exibidos em um quadro para relacionar a correspondência entre as duas teorias.

Neves (1996) sugere que a pesquisa qualitativa é direcionada ao longo do seu desenvolvimento. Desse modo, a coleta de dados ocorreu de maio a julho de 2014 e buscou-se realizar a triangulação a partir de análises de discurso de líderes e liderados e análise documental.

3.1 Contextualização do Congregacionalismo

A forma de governo Congregacional na Igreja defende que cada igreja local deve ser independente e autônoma. Esse sistema possui uma visão separatista de pacto independente da Igreja Oficial. Cairns (2008) destaca que o primeiro grupo de separatistas a fundar uma igreja fundamentada neste pacto voluntário foi organizado em 1567.

De acordo com Gomes (2008), o primeiro teórico do Congregacionalismo, foi Robert Browne. Suas publicações eram enfáticas na defesa de uma união a Cristo e uns com os outros através de valores emancipatórios.

A autonomia das igrejas Congregacionais, não implica em isolamento. Conforme enfatiza Gomes (2008), as igrejas reconheceram o vínculo de uma fé comum e de uma ordem e formaram Associações locais que, embora sem autoridade legislativa, agem prestando apoio mútuo e estreitando relações.

3.2 A Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa

A Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa, foi organizada em 1932. É uma entidade civil, jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida por Estatuto e Regimento Interno cujos objetivos secundários são: exercer a filantropia e praticar a ação social beneficente, cultural e educacional entre os membros e a comunidade em geral.

Os recursos da Igreja vêm de contribuições voluntárias de dízimos, ofertas, doações e legados oriundos de pessoas físicas e jurídicas. A igreja funciona com um órgão deliberativo que é constituído por todos os membros que reúnem-se em Assembleias; dois órgãos eclesiais; e um órgão administrativo composto pela Diretoria Administrativa.

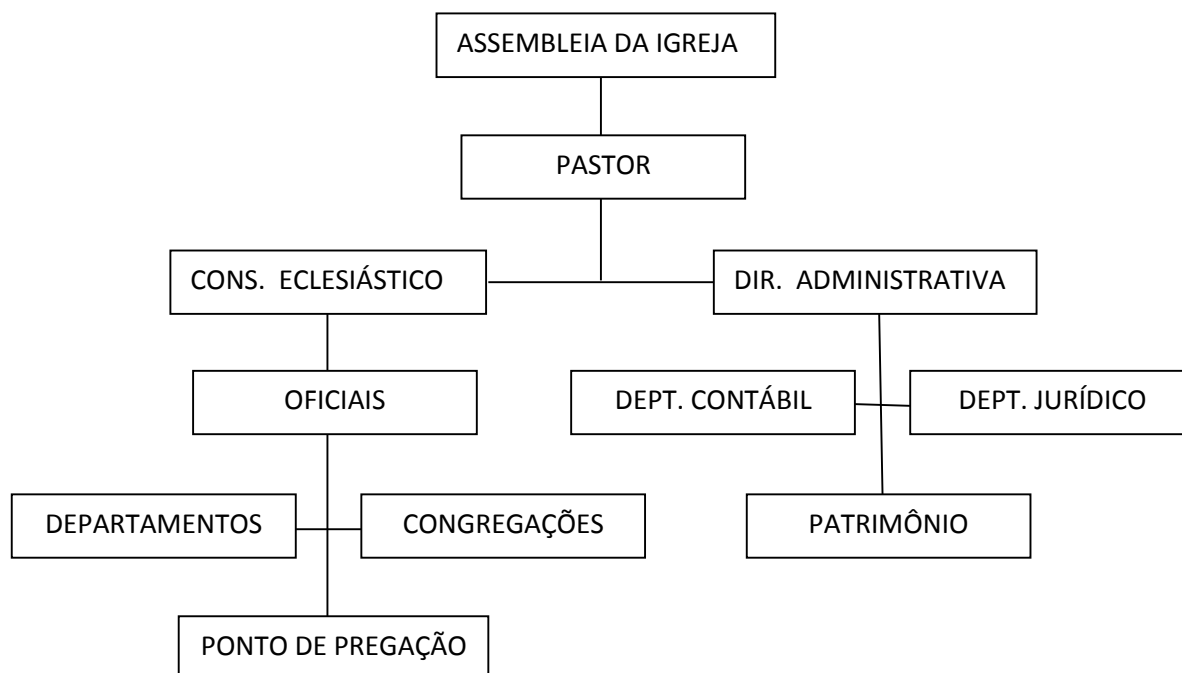
A Diretoria Administrativa é composta de um diretor, um vice-diretor, 1º e 2º secretários, e um tesoureiro, é o órgão de representação e direção executiva, eleita pelos membros para exercer a administração das áreas temporais da Igreja. O mandato da Diretoria Administrativa é de 2 (dois) anos e os membros prestam seus serviços voluntariamente.

¹ Conforme pesquisa nos periódicos CAPEs de maio a julho de 2014.

A igreja possui 800 membros e até julho de 2014, a igreja possuía 12 congregações, sendo 11 em território brasileiro e 1 em território boliviano, em Cochabamba.

O organograma da Igreja pode assim ser representado:

FIGURA 2 - Organograma da Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa



FONTE: elaboração própria (2014)

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização dos Sujeitos

A 1ª Igreja Evangélica Congregacional possui quatro funcionários registrados, dentre os quais três foram ouvidos e consultados pelo menos em dois encontros. O funcionário não-entrevistado é morador da Granja da Igreja, e não foi ouvido por limitação geográfica, uma vez que a Granja localiza-se em outro município. Da diretoria administrativa foram ouvidos o Pastor presidente, os dois pastores auxiliares, o diretor administrativo e o tesoureiro. Os colaboradores possuem vínculo pessoal com a igreja e compartilham dos mesmos valores e crenças. Percebeu-se em todos os discursos que nenhum dos entrevistados conseguiu desvincular o aspecto religioso do profissional.

Nos últimos 51 anos, houve apenas transição de líder, uma vez que o líder em exercício já estava com idade avançada. O líder atual assumiu a presidência em 2006. É prática da organização estudada, capacitar pessoas internamente para ocupar as posições de liderança.

Os sujeitos entrevistados demonstraram satisfação em participar diretamente das atividades da Igreja, como pode ser percebido nos depoimentos “*eu me sinto muito bem por esse privilégio, porque eu não sou merecedor de nada, mesmo assim as pessoas me confiam essa responsabilidade*”.

O nível elevado de satisfação infere que a dimensão simbólica da igreja é um item onde a racionalidade substantiva atinge um nível muito elevado, mas não chega a ser o máximo. A existência de uma entidade divina é o que justifica a vida deles e não a igreja em si:

“Não faço nada por mim mesmo nem ‘pra’ ninguém. Meu trabalho é ‘pra’ obra de Deus”.

“Hoje eu me sinto em casa, a Primeira Igreja é como uma família, mas se ela deixasse de existir, eu procuraria outra de mesma denominação.”

Indagações acerca de troca de emprego em caso de uma proposta de maior benefício econômico, as respostas corroboraram este depoimento.

“O motivo que ‘me faz’ trabalhar aqui é maior que o dinheiro (...) não sairia daqui pra nenhum outro ‘canto’. Aqui foi o lugar que o Senhor me colocou. Colocou eu e minha família. Não tem dinheiro no mundo que pague a felicidade de trabalhar aqui”.

Quanto à organização do trabalho, os funcionários registrados têm seu horário, mas não há rigidez no cumprimento. Eles acreditam em aspectos de tolerância, compreensão e flexibilidade.

Um dos sujeitos da diretoria administrativa da igreja atua como administrador uma empresa de atividade comercial e ele disse:

“é muito mais difícil administrar aqui do que minha empresa porque lá eu dirijo 13 pessoas, aqui são mais de 800. Pode procurar que aqui você não vai ver quadro de horário, não tem, nunca botei. Também não tem um cronograma de atividades. O livro de ponto, fica guardado e quando assinam é com o mesmo lápis e os horários não variam, é aquele horário britânico. Isso não existe numa empresa, porque tem dias que se chega 5 minutos mais cedo, 10 minutos mais tarde. O que eu exijo numa empresa não exijo aqui. Se um funcionário faltou porque adoeceu, não tem cabimento eu cobrar dele um atestado.”

O colaborador é encorajado a desenvolver autonomia nas ações e sobre a divisão de trabalho, a igreja apresenta predominância da racionalidade substantiva. Um funcionário disse *“aqui a gente desenvolve um clima de amizade, de família mesmo e todo mundo se ajuda”*. Outro declarou que

“Sempre ‘vai ter’ algumas pessoas com outro interesse, buscando satisfazer a si própria, querendo derrubar o outro para ser mais importante (não me peça pra dizer o nome), mas essas pessoas logo são percebidas. A visão da maioria é realmente servir primeiramente a Deus e depois aos outros irmãos”.

A valorização da autonomia conduziu a indagação sobre possíveis problemas trabalhistas, por desvio de função previsto no artigo 460 da CLT. Quanto a isso, têm-se registro de 1 processo judicial trabalhista que obteve parecer favorável à organização.

Todos os entrevistados que mencionaram o referido processo enfatizaram que *“ele não era da igreja”*. Outro chegou a dizer que *“ele não era crente”* e que a responsabilidade para ele estava ligada a fé, *“se a pessoa não tem fé, não pode assumir nenhuma função dentro da*

igreja”. Os colaboradores esperam que uma pessoa da igreja atue diferente de outra pessoa que não possui vínculo com a igreja.

A comunicação exerce grande importância na igreja e a liderança demonstra a preocupação em manter todos informados das decisões. A liderança entende que é muito difícil administrar conflitos em decorrência de problemas de comunicação.

Em relação aos conflitos apresenta-se a declaração do presidente que disse “*o conflito é o nosso material de trabalho*”. Isso significa que, em um espaço onde se lida com aspectos subjetivos do homem, não há como desvincular o conflito da atividade.

As observações e as entrevistas realizadas foram satisfatórias para os objetivos propostos neste trabalho e os fatores serão detalhados a seguir a fim de conduzir a elaboração do quadro de racionalidade, o *continuum* e a complementaridade entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa.

4.2 Discussão sobre Racionalidade

A predominância da Racionalidade na Primeira Igreja Evangélica Congregacional será exibida em um quadro de Serva adaptado e logo após, uma breve discussão com justificativa para a análise. A apresentação do *continuum* demonstrará o nível da Racionalidade Substantiva na organização.

QUADRO 3: Presença da Racionalidade Substantiva e da Racionalidade Instrumental nivelada na Primeira Igreja Evangélica Congregacional.

Tipo de racionalidade X Processos organizacionais	Racionalidade Substantiva	Racionalidade Instrumental
Hierarquia e normas	MUITO ELEVADA	MÉDIA
Valores e objetivos	MÉDIA	MUITO ELEVADA
Tomada de decisão	MUITO ELEVADA	BAIXA
Controle	ELEVADA	MÉDIA
Divisão do trabalho	MUITO ELEVADA	BAIXA
Comunicação e relações interpessoais	MÉDIA	ELEVADA
Ação social e relações ambientais	ELEVADA	MÉDIA
Reflexão sobre a organização	ELEVADA	MÉDIA
Conflitos	MUITO ELEVADA	MÉDIA
Satisfação individual	MUITO ELEVADA	MÍNIMA
Dimensão simbólica	ELEVADA	MÉDIA

FONTE: Adaptado de Serva (1997).

➤ Hierarquia e Normas: predomínio da Racionalidade Substantiva uma vez que os cargos são ocupados através de votação em Assembleia e a decisão tomada com base em aspectos subjetivos de entendimento ético. A Racionalidade Instrumental é percebida em nível médio, já que a diretoria é composta por pessoas que, além dos valores éticos, possuem qualificações profissionais e experiência.

➤ Valores e objetivos: predomina a Racionalidade Instrumental. Quanto ao julgamento ético, há uma inclinação maior à ética do valor absoluto ou da convicção, motivada pela visão do homem religioso acima do homem econômico. Mas essa ética do homem religioso afasta-o do valor emancipatório, uma vez que há a dominação ideológica. A ética da responsabilidade também é instrumental, uma vez que os funcionários registrados são remunerados e precisam do valor monetário percebido para sua sobrevivência.

➤ Tomada de decisão: as decisões são tomadas a partir da realização de assembleias. Neste sentido percebe-se um alto nível de Racionalidade Substantiva. As

decisões que exigem uma ação imediata são decididas entre a diretoria. Decisões de compra de material essencial à rotina de trabalho são tomadas sem consulta à Assembleia e atendem a necessidade.

➤ Controle: predomina a Racionalidade Substantiva uma vez que os resultados são mensurados pela valorização do aspecto de entendimento. Identifica-se um nível médio de Racionalidade Instrumental ao interpretar que o controle é obtido por uma dominação ideológica, não alienada uma vez que há a consciência dos códigos reguladores e aceitação destes.

➤ Divisão do trabalho: a autonomia é fortemente incentivada e as pessoas são encorajadas a exercer outra função, desenvolver outras habilidades. Desse modo, destaca-se a Racionalidade Substantiva.

➤ Comunicação e relações interpessoais: prevalece a razão do sistema e não a humana no sentido de emancipação. O resultado esperado é que o grupo entenda o que foi comunicado e expresse esse entendimento a partir do que é determinado. Desse modo predomina a Racionalidade Instrumental.

➤ Ação social e relações ambientais: a ação que orienta a administração da igreja é ditada pelos méritos valorativos que a inspiram. Consideram prioritariamente o valor religioso, mas o valor religioso ditado pela organização não favorece os interesses emancipatório, pois exercem dominação. Há inclinação discreta à Racionalidade substantiva.

➤ Reflexão sobre a organização: as reflexões sobre as ações e decisões administrativas e eclesiais, bem como problemas individuais ou de grupo (envolvendo punição e advertência a maus comportamentos) ocorrem na Assembleia Geral. A assembleia é soberana e tem poder decisivo em todas as áreas. Mas jamais decidirá algo contrário a ideologia da igreja. Ainda assim, julga-se discreta Predominância da Racionalidade Substantiva.

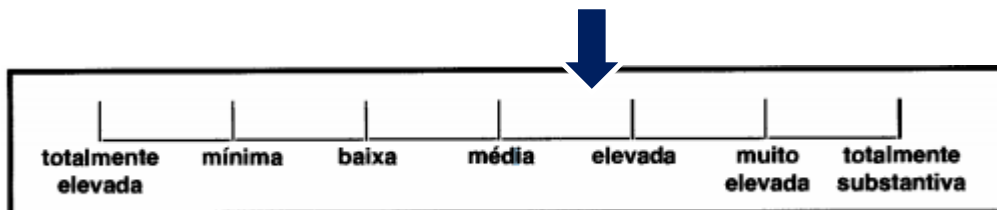
➤ Conflitos: antes do colaborador assumir a função ele tem sua vida pregressa na igreja analisada. Desse modo, é compreensível que os conflitos entre o colaboradores sejam mínimos. Os fatores subjetivos de conhecimento do caráter e valorização de comportamentos semelhantes simplifica o processo administrativo. Do mesmo modo, a igreja lida diariamente com conflitos, mas sempre num nível diferente da administração.

➤ Satisfação individual: predomina a Racionalidade Substantiva no nível mais elevado. Pessoas que já fizeram parte da organização com ideais voltados a fins utilitários, não ficaram por muito tempo.

➤ Dimensão simbólica: todos veem a igreja como um ambiente agradável, de realização pessoal e espiritual e as pessoas se sentem bem em participar. Denota um elevado nível de Racionalidade Substantiva, uma vez que mesmo existindo códigos que limitam o comportamento, essas regras são comunicadas e aceitas por quem faz parte do grupo. A dimensão simbólica não é o fator determinante, uma vez que eles não conseguem desvincular a organização administrativa da vida religiosa e declararam que mais importante é a consciência de que o serviço deles é para um Deus e não para uma igreja.

Na construção do *continuum*, observou-se que dentre os onze itens analisados, há predominância da Racionalidade Substantiva em nove. Des forma geral, esse resultado mostra que a Razão Substantiva é mais predominante que a Razão Instrumental. No entanto, o ponto que afasta a organização do valor substantivo, é justamente aquele que principia a teoria da Racionalidade Substantiva, a saber, o valor emancipatório. Esse resultado conduz a um distanciamento no *continuum*, embora não invalide o caráter substantivo de uma organização como a Igreja Congregacional, que tem seu governo pautado na autonomia e seus valores e objetivos distantes dos aspectos econômicos, que está como princípio básico da Racionalidade Instrumental.

A dominação ideológica em si, não foi o suficiente para mover o indicador em favor de uma elevação da Racionalidade Instrumental, uma vez que a dominação ideológica é um processo consciente, voluntário e tolerado por aqueles que aceitam participar da organização. Desse modo, apresenta-se a Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa no *continuum* em um nível discretamente afastado do que seria considerado elevado.



FONTE: Adaptado de Serva (1997)

4.3 Discussão sobre Ação Comunicativa

Uma vez classificado o nível de Racionalidade na Primeira Igreja Evangélica Congregacional entre médio e elevado, buscou-se verificar como se apresenta a Ação Comunicativa no processo administrativo. Para tal, esboçou-se em um quadro a relação entre os aspectos da Ação Comunicativa e como se configura na organização:

QUADRO 4: Ação Comunicativa na 1ª Igreja Evangélica Congregacional

Ação Comunicativa	Aplicação prática
Autonomia e capacidade do sujeito	Dominação ideológica
Mundo da vida cotidiana	A ideologia baliza a narrativa de suas ações individuais e em grupo
Teoria de Ação	Justificada por valores religiosos e éticos o que amplia a ação do indivíduo para o grupo
Ação comunicativa baseada em pretensões de validade sujeitas à crítica	Ação comunicativa baseada em validade sujeitas a interpretações divergentes
Pretensões de validade sujeitas à crítica valorativa	Validade sujeitas aos valores da Organização
Ação orientada ao entendimento	Busca-se o entendimento no esforço em associar a palavra ao comportamento
Rejeição à teoria do conhecimento	Os colaboradores acreditam que suas atividades contribuem para desenvolver a identidade da Organização
Teoria de ação de cunho linguístico, comunicativo	Auto-interpretação a partir da associação entre a fala à ação
Contexto normativo do mundo da vida na base da interpretação dos fatos	Fatos interpretados à luz dos valores religiosos
Subjetividade e intersubjetividade	A interação simbólica é suficiente para manter a Organização em funcionamento

FONTE: Elaborado pela autora

A Ação Comunicativa é um constructo que envolve aspectos que convergem para a correspondência entre a ação e a palavra. Em uma organização com elevado nível de Racionalidade Substantiva, infere-se que há a incidência tanto maior de uma Ação Comunicativa no sentido proposto.

Por estar pautada em uma razão voltada aos valores, a Ação Comunicativa deve estar baseada em pretensões de validade sujeitas à crítica. Ao considerar que a organização estudada, envolve a participação direta de mais de 800 pessoas, todas elas como o mesmo poder de

decisão, supõe-se a vulnerabilidade a conflitos por meio de posicionamentos críticos divergentes.

No entanto, ao considerar que todas as decisões são limitadas pelos códigos que dominam o homem ideologicamente, percebe-se que os conflitos são evitados e isso justifica o sucesso na administração dos conflitos. Afinal, conflitos originados dentro de um sistema limitado pela ideologia são mais simples de conduzir por sua previsibilidade.

As pretensões de validade devem ser valorativas na Ação Comunicativa. Isso se deve a consideração dos valores emancipatórios na concepção de Ramos e Habermas sobre a liberdade do homem, a não-dominação e o entendimento dos aspectos subjetivos dele. Ao avaliar as pretensões de validade na organização estudada, percebe-se que os valores instituídos não são do homem, mas os da própria igreja. Logo, as pretensões de validade estão sujeitas aos valores da organização.

Não se pode negar a predominância da Racionalidade Substantiva e da Ação Comunicativa nas pretensões de validade uma vez que são pautadas em valores éticos e de entendimento. O fim não é calculado e o colaborador não tem seu valor mensurado economicamente; no entanto, é limitado pelos valores já instituídos e dominado ideologicamente pelos códigos vigentes.

4.4 Discussão sobre a complementaridade

A fim de apresentar a complementaridade, tomou-se como base o quadro relacional elaborado por Serva (1997) acrescentando-se ao quadro, legendas que explicitam a correspondência entre as duas teorias.

Assim, utilizar-se-á as legendas: correspondente; parcialmente correspondente ou não-correspondente para submeter a análise. Após o quadro, serão discutidos brevemente os tópicos que não apresentam correspondência esperada na complementaridade.

QUADRO 5: Complementaridade na Primeira Igreja Evangélica Congregacional.

Racionalidade Substantiva	Ação Comunicativa	Aplicação
Atribuída à psique do sujeito	Autonomia e capacidade do sujeito	NÃO-CORRESPONDENTE
Senso Comum	Mundo da vida cotidiana	CORRESPONDENTE
Derivação de conceitos relacionados a realidade	Teoria de Ação	CORRESPONDENTE
Debate racional	Ação comunicativa baseada em pretensões de validade sujeitas à crítica	PARCIALMENTE CORRESPONDENTE
Superordenação ética	Pretensões de validade sujeitas à crítica valorativa	PARCIALMENTE CORRESPONDENTE
Boa regulação da Vida Humana Associada	Ação orientada ao entendimento	PARCIALMENTE CORRESPONDENTE
Rejeição à teoria do conhecimento	Rejeição à teoria do conhecimento	CORRESPONDENTE
Auto-interpretação da comunidade	Teoria de ação de cunho linguístico, comunicativo	PARCIALMENTE CORRESPONDENTE
Valores na interpretação dos fatos	Contexto normativo do mundo da vida na base da interpretação dos fatos	CORRESPONDENTE
Subjetividade e intersubjetividade	Subjetividade e intersubjetividade	CORRESPONDENTE

FONTE: Adaptado de Serva (1997)

Analisando os resultados mostrados no quadro, diz-se que a complementaridade é parcialmente suportada, uma vez que dos dez itens, cinco apresentaram correspondência, 4 são parcialmente correspondentes e apenas 1 não corresponde.

Os itens que apresentaram uma correspondência parcial bem como o item não-correspondente, não invalidam a complementaridade. Antes, dá-se pelo fato das particularidades da organização estudada. Deve-se considerar o caráter instrumental da igreja a respeito da dominação ideológica. O sistema de governo congregacional, independente e democrático, diz-se emancipado de uma submissão de poder humano, mas não isenta a submissão ideológica por preceitos religiosos. O processo crítico também é complexo, uma vez que a organização envolve mais de 800 indivíduos, todos com o mesmo poder de decisão. A fim de avaliar a correspondência dos itens que envolvem crítica; ação; e entendimento, poderia ser incluída, em novo estudo, uma amostra do grupo que não participasse de cargos administrativos.

5. CONCLUSÃO

A via conceitual proposta por Serva (1997) em estabelecer a complementaridade entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa demonstrou bases que validam a aplicação prática.

Este trabalho buscou ampliar a discussão sobre a relação entre duas teorias baseadas nos fins não-calculados e a importância desse debate para ampliar a visão da Teoria Organizacional. Avaliar a complementaridade em uma igreja que tem um sistema de governo de caráter teoricamente substantivo despertou o interesse em compreender a aplicação da complementaridade, especificamente no tocante à teoria da Ação Comunicativa por ela ser menos considerada nas pesquisas em Administração embora não menos importante na busca da coerência entre a palavra comunicada e a ação.

A não totalidade na correspondência entre as teorias deu-se através da identificação de uma forte dominação ideológica da igreja aos seus colaboradores. Essa dominação pode ser explicada a partir da reflexão que não há relação perfeita entre razão substantiva e comunicativa nas organizações, uma vez que no nível subjetivo do homem, ele é conduzido à busca do seu bem-estar. E, em uma abordagem mais profunda, a necessidade de domínio por algo regulador de suas ações é inerente ao homem. A Filosofia justifica isso ao defender códigos éticos e morais. Todos os códigos que regulam a atividade humana e põe limites, são instrumentos de dominação.

Por outro lado, a Racionalidade Substantiva como é conhecida hoje é passível de revisão uma vez que conceber o homem como ser livre e dotado de valores emancipatórios, contradiz a ordem estabelecida não somente na Administração, mas em todos os contextos do Sistema que regula a existência do homem em sociedade. Essa regulação é necessária à manutenção civil.

Essa necessidade de um domínio regulador das ações justifica a não correspondência na complementaridade no quesito voltado a psique humana. Isso porque a psique é sopro (DORSH, 2001), logo é impossível valorar. Ao indivíduo, cabe escolher sujeitar-se ou não aos limites impostos pela organização uma vez que ele não é formado só pela psique.

Ao considerar a contextualização do Congregacionalismo, que prevê a independência e autonomia, a complementaridade também apresenta diferenças no item que trata das pretensões de validade sujeitas à crítica valorativa. Mais uma vez, a dominação ideológica implica que a validade está sujeita aos valores da igreja e não à crítica dos indivíduos.

Os resultados deste artigo colaboram para fortalecer a necessidade de uma nova abordagem da Teoria das Organizações. A academia ainda valoriza muito as teorias utilitaristas e tem ignorado a subjetividade, o que denota um paradoxo diante do surgimento de tecnologias cada vez mais complexas que exigem a valorização daquilo que não pode ser calculado como percepção, criatividade e sentimento.

A proposta de Ramos em busca de uma nova teoria organizacional foi interrompida, como observou Serva, em decorrência de sua morte. Mas, uma vez identificada a necessidade e apresentado os novos rumos da Administração, compete à Academia dar continuidade ao trabalho de Ramos, como é o caso das pesquisas que impulsionaram a realização deste trabalho aproximando a teoria da prática.

Destarte, sugere-se que mais pesquisas sejam feitas, especialmente que envolvam a complementaridade. Quanto ao método, sugere-se que ao realizar pesquisas em nível qualitativo, envolvendo entrevistas e análise de discursos, mais de um pesquisador esteja envolvido na coleta de dados, para favorecer a triangulação dos resultados e minimizar qualquer viés que possa surgir na análise descritiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Sílvia Patricia Cavalheiro de. et al. Sentidos do Trabalho e Racionalidades Instrumental e Substantiva: Interfaces entre a Administração e a Psicologia. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, art. 2, pp. 200-216, Mar./Abr. 2012.
- CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã**. 2. Ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- DORSH, Friedrich. **Dicionário de Psicologia Dorsch**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- GUAZZELLI, Iara. **A especificidade do fato moral em Habermas – o uso moral da razão prática**. Brasil: 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **On the logic of the social sciences**. Cambridge, The MIT Press. 1988.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid, Taurus. 1987 v. I e 2.
- _____, Jürgen. **Pensamentos pós-metafísicos – estudos filosóficos**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.
- _____, Jürgen. Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público. Tradução: Márcio Suzuki. **In Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 26, pp. 100-113, Marc/1990.
- NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, V.1, nº 3, pp.1-5, 1996..
- RAMOS, Guerreiro A. **A nova ciência das organizações – uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro. FGV, 1989.
- _____, Alberto Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro: esboço para uma teoria geral da administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- SERVA, Maurício. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 1997.
- _____, Maurício. A Racionalidade Substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**. SãoPaulo,v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. **Paideia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto , n. 8-9, p. 77-96 Aug. 1995.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]. Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico - 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.